



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**(RE) DISCUTINDO E (RE) CONSTRUINDO O CURRÍCULO NO
MUNICÍPIO DE ROCHEDO DE MINAS**

FLÁVIA CRISTINA SILVEIRA DETONI

BELO HORIZONTE, 2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

**(RE) DISCUTINDO E (RE) CONSTRUINDO O CURRÍCULO NO MUNICÍPIO
DE ROCHEDO DE MINAS**

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação da Professora Jacqueline da Silva Figueiredo do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

BELO HORIZONTE, 2015

Dedico este trabalho a todos
que contribuíram direta ou indiretamente em
minha formação acadêmica e profissional.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que contribuíram no decorrer desta jornada, em especialmente:

A Deus, a quem devo minha vida.

A minha família que sempre me apoiou nos estudos e nas escolhas tomadas.

Ao João Bosco por sempre me incentivar e compreender nos momentos difíceis.

A os meus colegas pelo companheirismo e disponibilidade para me auxiliar em vários momentos.

RESUMO

O presente trabalho partiu do seguinte olhar “Impossível pensar em Educação Infantil, sem pensar em criança brincando”. Desta maneira surgiu a ideia deste trabalho, repensar o currículo do município de Rochedo de Minas, ou melhor (re) discutir e (re) criar o planejamento deste segmento de ensino para se obter uma educação com qualidade. Trata-se de uma reflexão conjunta/compartilhada de todos os atores envolvidos no processo de ensino-aprendizagem na Educação Infantil. Toda a discussão em torno desta problemática desenvolve-se na forma de formação continuada dos professores que atuam neste segmento, gerando assim um documento que embasará, não somente o ano corrente, mas os anos subsequentes, servindo sempre de tema central ao final de cada ano letivo para ser (re) pensando sempre.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Infantil, Currículo, Formação, Professores

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	07
1. (RE) DISCUTINDO E (RE) CONSTRUINDO O CURRÍCULO NO MUNICÍPIO DE ROCHEDO DE MINAS.....	08
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	11
REFERÊNCIAS.....	12
ANEXO.....	13

INTRODUÇÃO

Desenvolver um trabalho pedagógico de forma contextualizada e atraente atualmente, vem sendo objeto de estudo de muitos educadores, pois percebe-se cada vez mais, que alunos e docentes em meio a tantas informações se veem perdidos, e utilizar um currículo que contenha um amplo acervo é mais complexo ainda. Após a leitura dos vários textos disponibilizados durante o Curso de Especialização em Gestão Escolar, optou-se por desenvolver um trabalho com objetivo de (re) discutir e (re) criar um currículo mais prático para o Município de Rochedo de Minas, contribuindo desta maneira para uma formação continuada e constante dos profissionais envolvidos neste processo. Município que atuo enquanto Gestora da Educação.

Segundo Gatti (2010), a formação de professores é uma questão que merece novas considerações e outros posicionamentos, uma vez que as transformações vindo ocorrendo de forma assustadoras. E cada vez mais nos questionamos sobre “qualidade da educação”.

Durante os encontros entre a coordenação pedagógica, o corpo docente e a secretaria de educação municipal, vimos a necessidade de uma discussão sobre o currículo praticado dentro das salas de aula e se eles estão dentro da Proposta Pedagógica das escolas.

O objetivo principal aqui destacado é que se construa coletivamente uma Proposta Curricular que faça parte dos planejamentos e das ações pedagógicas desenvolvidas pelas escolas de Rochedo de Minas, devendo ser regularmente consultada, estudada e problematizada. O artigo 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9396, de 20 de dezembro de 1996, estabelece:

Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

Que este estudo seja suporte para a reflexão permanente do currículo planejado e do currículo praticado no cotidiano escolar pelas supervisoras e pelas professoras durante o ano de 2015 e que possa ser revista para o ano de 2016 e

subsequentes.

2.0 - (RE) DISCUTINDO E (RE) CONSTRUINDO O CURRÍCULO NO MUNICÍPIO DE ROCHEDO DE MINAS

Segundo os textos que compõem o documento Indagações sobre o Currículo, organizado pelo Ministério da Educação em 2008, os currículos não são conteúdos prontos que devem ser passados aos alunos.

Todo conteúdo deve ser significativo e contextualizado para que a prática pedagógica possa dar ao aluno as respostas que ele precisa as suas indagações.

Partindo desta ideia, Pedro Demo (2000), confirma:

Conhecimento que apenas afirma só confirma. Nada agrega de novo. (...) a força inovadora sempre foi, acima de tudo, conhecimento crítico: a parte da espécie que sabe construir conhecimento próprio (...). Conhecer é profundamente saber confrontar-se, não aceitar qualquer limite, tudo pretender para além do que está dado na evolução (...). (p.31)

Na sociedade globalizada e diversificada nos deparamos com um sujeito-aluno que não é mais um receptor, hoje, ele interage e se posiciona frente às propostas de aprendizagem que lhes são apresentadas diariamente.

Para Freire (2001) é essencial:

A educação é permanente não porque certa linha ideológica ou certa posição política ou certo interesse econômico o exijam. A educação permanente na razão, de um lado, da finitude do ser humano, de outro, da consciência que ele tem de sua finitude. Mais ainda, pelo fato de, ao longo da história, ter incorporado à sua natureza não apenas saber que vivia, mas saber que sabia e assim, saber que podia saber mais. A educação e a formação permanente se fundem. (p.20)

Discutir e refletir o currículo praticado perpassa questões tão importantes quanto fundamentais para a construção do sujeito que se pretende formar dentro de uma sociedade altamente diversificada como a qual que vivemos atualmente. Este trabalho pretende discutir, de forma prática e coerente, o currículo que vindo sendo usado no Município de Rochedo de Minas atualmente.

Embasada por autores como Placco, Almeida, Freire, Gadotti, Larrosa, Sacristán e outros, iremos (re) discutir e (re) criar um currículo para o município aqui citado e onde atuo como Gestora Educacional. O foco deste trabalho será

inicialmente os professores da rede municipal, no segmento de Educação Infantil, pois pensou-se neste segmento como base de trabalho para todos os outros. A metodologia aqui usada, foi inicialmente um questionário com os sujeitos envolvidos, como o objetivo de conhecer o trabalho que vem sendo desenvolvido com as crianças dentro de sala de aula. Ao pensar uma proposta curricular para as Escolas de Educação Infantil, há que se considerar quais as concepções de infância, criança e educação infantil que a fundamenta, a saber:

A infância como sendo uma fase da vida vivida por toda e qualquer criança, que deve ser respeitada, independente de suas condições físicas, sensoriais, cognitivas, sociais, econômicas, familiares, étnicas, religiosa ou qualquer outra que a caracterize.

A criança como um sujeito ativo e participativo no mundo, que colabora na construção das condições de vida à sua volta e sofre influência das mesmas. Sujeito crítico, que não raras vezes provoca o adulto a repensar suas concepções e posturas, especialmente na prática pedagógica. Um ser que se constitui em um contexto sócio-histórico-cultural e geográfico, em um tempo e espaço social. Um ser produtor, influenciador e também consumidor da cultura da sociedade em que vive. Sujeito real e cidadão de direitos que deve ser respeitado e merecedor do empenho dos adultos para que seus direitos básicos não sejam violados, dentre eles o direito à Educação Infantil. Seres que significam a vida à sua maneira, com seu modo próprio de ver e concebê-la, em uma dinâmica lúdica e permeada pela brincadeira, seu principal meio da ação no mundo.

A Educação Infantil, como sendo a primeira etapa da Educação Básica, “oferecida em creches e pré-escolas, as quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social”, conforme explicitado no Artigo 5º das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil de 2009.

Considerando a criança enquanto um ser brincante, cuja forma de se expressar e de se relacionar com o mundo se faz, principalmente, através da brincadeira, definiu-se como Eixo Principal desta Proposta Curricular o brincar e as

experiências que se constituem em uma dimensão lúdica.

Os questionários precedidos de sua análise permitirá compreender o que estes profissionais entendem sobre “currículo” e desenvolver a partir daí um trabalho de formação continuada e (re) construção de um novo currículo através de um tessitura conjunta de ideias. Espera-se que assim se construirá uma proposta curricular mais ampla, dinâmica e complexa que contribuirá para com a formação de sujeitos críticos, reflexivos, cientes de sua realidade e capaz de transformá-la.

Segundo Lima (2006), um currículo para a formação humana é aquele orientado para a inclusão de todos no acesso aos bens culturais e ao conhecimento.

Sacristán (1998) ainda reforça, sem compreender o que se faz, a prática pedagógica é uma reprodução de hábitos e pressupostos dados, ou respostas que os professores dão a demandas ou ordens externas. Conhecer a realidade herdada, discutir os pressupostos de qualquer proposta e suas possíveis conseqüências é uma condição da prática docente ética e profissionalmente responsável.

Pensando assim, durante os encontros de formação continuada e (re) construção do currículo na Educação Infantil os profissionais terão um *Diário Reflexivo* que norteará toda tessitura desse currículo. Ainda que todo o trabalho a ser realizado terá como base o Referencial Curricular da Educação Infantil, elaborado pelo Ministério da Educação, em 1998. O Referencial aponta metas de qualidade que contribuem para um desenvolvimento integral das crianças.

Segundo Gadotti (2007,), a escola é um espaço de relações. Neste sentido, cada escola é única (...). Como instituição social ela tem contribuindo tanto para a manutenção quanto transformação social. Numa visão transformadora ela tem um papel essencialmente crítico e criativo.

Larrosa (2006), nos traz a seguinte reflexão: _

Não obstante, e ao mesmo tempo, a infância é um outro: aquilo que, sempre além de qualquer tentativa de captura, inquieta a segurança de nossos saberes, questiona o poder de nossas práticas e abre um vazio em que se abisma o edifício bem construído de nossas instituições de acolhimento. Pensar em infância como um outro é, justamente, pensar essa inquietação, esse questionamento e esse vazio. É insistir uma vez mais: as crianças, esses seres estranhos dos quais nada se sabe, esses seres selvagens que não compreendem a nossa língua. (p. 184)

Refletir a prática e o fazer pedagógico na Educação Infantil, é como Larrosa sugere, pensar no “outro” como uma cidadão de direito e de fato, que requer

cuidados e atenção para que se tenha um desenvolvimento amplo, contudo termos o profissional da Educação Infantil com uma formação adequada para lidar com os enfrentamentos cotidianos nas escolas é fundamental para esta nova política educacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Início minha fala lembrando Sacristán (1998), ao eleger a dimensão da relação teoria/prática do currículo como práxis social chama a atenção para percebermos que é o conhecimento vivo, dinâmico e interativo, produzido nas relações sociais, que faz sentido para o aprendizado significativo, no sentido de que se nutre da realidade e se volta a ela para a sua problematização, compreensão e mudança.

Voltando para este pensamento tentou-se construir uma proposta curricular que garantisse o desenvolvimento pleno da criança e o aproveitamento de todas as fases da infância. Considerando a experiência que a criança traz consigo a base para o desenvolvimento de um currículo prático.

O desenvolvimento deste trabalho propiciou, não somente, um desejo antigo da Secretaria de Educação do município de Rochedo de Minas, mas também dos profissionais deste segmento em ter um documento que norteasse o trabalho da Educação Infantil.

Percebeu-se que algumas práticas já vinham sendo desenvolvidas e o que faltava era um embasamento teórico para que o currículo praticado ficasse legalmente pautado. Pois considerava-se a criança como ser de direito e respeitando sempre seus limites e faixa etária.

Conclui-se que a proposta inicial atingiu seu objetivo e que o ganho foi geral para o município, profissionais e principalmente para as crianças que frequentam o segmento da Educação Infantil. Foi imprescindível a conscientização de todos os envolvidos para o produto final fosse um sucesso.

Encerro aqui, com a consciência tranquila de dever cumprido, onde vivencie da forma mais ampla a prática cotidiana na Educação Infantil.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB. Lei nº 9.394/96. Brasília, 1996.

FREIRE, P. Pedagogia do oprimido, 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. 2ª ed., Petrópolis: Vozes

MOREIRA, Antônio Flávio. Parâmetros curriculares nacionais: críticas e alternativas. IN: SILVA, Tomaz Tadeu da; GENTILLI, Pablo. Escola S.A.: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo. CNTE, 1996.

SACRISTÁN, J. Gimeno. O currículo: uma reflexão sobre a prática. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

GIMENO SACRISTÁN J. O currículo: os conteúdos do ensino ou uma análise prática. In:_____.; PÉREZ GÓMEZ, A. I. **Compreender e transformar o ensino**. 4. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2000. Cap. 6, p. 119-148.

LARROSA, Jorge. Pedagogia Profana: danças, piruetas e mascaradas. 4ª Edição. Belo Horizonte. Autêntica.

BRASIL. Ministério da Educação. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Indagações sobre Currículo: educandos e educadores: seus direitos e o currículo. Brasília, 2008.

MOREIRA, Antônio Flávio. Propostas curriculares alternativas: Limites e avanços. *Revista Educação e Sociedade*. Campinas: v. 21, n. 73, dez. 2000.

NÓVOA, Antônio. Tempos da Escola no Espaço Portugal-Brasil-Moçambique: Dez Digressões Sobre um Programa de Investigação. *Currículo sem Fronteiras*, v. 1, n. 2, p. 131-150, jul./dez. 2001.

LIMA, Mayumi Souza. *A cidade e a criança*. São Paulo: Nobel, 1989.

LIMA, Mayumi Souza. A importância da qualidade do espaço na educação das crianças. *Criança*, n. 27, 1994.

ANEXO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA ESTADUAL
“PREFEITO WALTER TREZZA”**

FLÁVIA CRISTINA SILVEIRA DETONI

JULIANA PARADELA RETTO

TIAGO ALVES REIS

TURMA 04

MARIPÁ DE MINAS - 2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA ESTADUAL “PREFEITO WALTER TREZZA”

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação do Professor Sérgio Silva do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

MARIPÁ DE MINAS - 2014

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	03
1. FINALIDADES DA ESCOLA.....	04
1.1 Filosofia da Escola.....	05
1.2 Missão da Escola.....	05
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	06
2.1 Estrutura Organizacional Administrativa.....	06
2.2 Espaço Físico e Equipamentos Mobiliários.....	06
2.3 Estrutura Organizacional Pedagógica.....	07

2.4 Estrutura Organizacional Financeira.....	07
3. CURRÍCULO.....	09
4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES.....	12
5. PROCESSOS DE DECISÃO.....	14
6. RELAÇÕES DE TRABALHO.....	15
7. AVALIAÇÃO.....	17
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	20
9.REFERÊNCIAS.....	22

INTRODUÇÃO

O objetivo deste documento é demonstrar a proposta político pedagógica da Escola Estadual Prefeito Walter Trezza, considerando as legislações educacionais vigentes.

Durante sua elaboração buscou-se todo um embasamento teórico e envolvimento da comunidade escolar, acima de tudo reconheceu-se a importância da Proposta Pedagógica para o âmbito escolar visando a construção de um espaço de troca e construção de saberes.

Inicialmente foi abordada a finalidade da Escola Estadual Prefeito Walter Trezza, sua filosofia e sua missão dentro da perspectiva de oferecer aos educadores, alunos, pais, gestores e funcionários, o desenvolvimento de ações cooperativas, eficazes, renovadoras e acima de tudo uma educação de qualidade.

Abordou-se toda Estrutura Organizacional da Escola, desde a Estrutura Administrativa, Pedagógica, Física e Financeira.

Destacou-se aqui o Currículo que é seguido atualmente pela Escola e as diversas possibilidades de criação/recriação deste currículo no cotidiano.

Tempos e Espaços Escolares, Processo de Decisão e Relação de Trabalho também tiveram destaque, visto que são fatores primordiais para o sucesso de todo processo pedagógico e administrativo.

E finalizando falou-se na Avaliação que envolve uma reflexão sobre a nossa prática cotidiana, sobre o currículo e o planejamento que estamos desenvolvendo.

Concluiu-se que todas as questões propostas no Projeto Político Pedagógico devem levar em consideração o aluno, que conforme previsto nas legislações educacionais e na própria Constituição Federal, como todo o cidadão tem direito de acesso e permanência na escola e cabe a esta instituição preservar e garantir que este direito seja resguardado.

1. FINALIDADES DA ESCOLA

A Escola Estadual Prefeito Walter Trezza, trabalha na perspectiva de oferecer aos educadores, alunos, pais, gestores e funcionários, o desenvolvimento de ações cooperativas, eficazes, renovadoras e acima de tudo uma educação de qualidade.

Dentro desta linha de pensamento o Projeto Pedagógico da E. E. Prefeito Walter Trezza é compreendido como processo de ação participativa grupal com toda a comunidade interagindo em função das necessidades, interesses e objetivos comuns. Examinando/analizando a realidade local educacional, na tentativa de proporcionar condições para que o aluno compreenda onde e como está inserido e, assim, possa exercer sua cidadania, consolidando e aprimorando os conhecimentos adquiridos desde a Educação Infantil, possibilitando o prosseguimento de estudos.

Conforme descreve Veiga (2003, p.268), “é preciso construir um projeto político-pedagógico de educação básica e superior de qualidade, comprometido com as múltiplas necessidades sociais e culturais da população.”

A educação é uma necessidade de todo cidadão, além de ser direito previsto na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

O desafio é sair da postura reprodutiva, oferecendo indicações que facilitem o aprender e o saber pensar. Formando assim um aluno com competências cognitivas, atitudinais, relacionais, comunicacionais e cooperativistas, necessárias para que ele atue plenamente na sociedade, preparando-o para o trabalho, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade e novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores.

Segundo Jacques Delors (1998):

A prática pedagógica deve preocupar-se em desenvolver quatro aprendizagens fundamentais, que serão para cada indivíduo os pilares do conhecimento: **aprender a conhecer** indica o interesse, a abertura para o conhecimento, que verdadeiramente liberta da ignorância; **aprender a fazer** mostra a coragem de executar, de correr riscos, de errar mesmo na busca de acertar; **aprender a conviver** traz o desafio da convivência que apresenta o respeito a todos e o exercício de fraternidade como caminho do entendimento; e, finalmente, **aprender a ser**, que, talvez, seja o mais importante por explicitar o papel do cidadão e o objetivo de viver. (DELORS, 1998, p.91, grifo do autor)

1.1. Filosofia da Escola

O ser humano realiza aprendizagem durante toda a sua vida. Primeiramente dentro do convívio familiar e logo após é inserido na sociedade para que possa contemplar as múltiplas dimensões do seu ser enquanto homem, enquanto sujeito inserido em um determinado contexto.

Neste sentido a Escola Estadual Prefeito Walter Trezza busca salientar o papel do professor e do aluno na consolidação do conhecimento, dentro de uma concepção sóciointeracionista, trabalhando a interdisciplinaridade e transversalidade. Pautando-se nos padrões de qualidade de ensino na ótica da UNESCO, “ressaltando a relevância, pertinência, a equidade, a eficiência e a eficácia.”

1.2. Missão da Escola

Conforme consta na Proposta Pedagógica da Escola Estadual Prefeito Walter Trezza, 2013, p. 07, verifica-se que uma das funções da escola é:

Formar cidadãos que dêem ênfase especial aos valores e atitudes universais, destacando-se a fé, a esperança, a solidariedade, a competência, a liberdade com responsabilidade, a coerência, o respeito, a honestidade, a dignidade e a justiça.

Desta maneira a E. E. Prefeito Walter Trezza, oportuniza situações de problematização para que o aluno possa adquirir novos conceitos e reelaborar os já existentes, sistematizando e organizando os conhecimentos, desenvolvendo habilidades e competências.

2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

2.1. Estrutura Organizacional Administrativa

A Escola Estadual Prefeito Walter Trezza funciona em prédio próprio e coabita com a Escola Municipal Antônio Ferreira Martins. Conta com várias salas de aulas, uma biblioteca, duas salas para a direção (uma para uso da Escola Walter Trezza e outra para uso da escola Ferreira Martins), duas secretarias, duas despensas de merenda, um depósito de materiais e utensílios, uma cantina, dois banheiros masculinos e dois femininos para uso dos alunos e funcionários, uma varanda, um refeitório, um pátio, uma quadra e uma horta.

Atualmente a escola funciona em dois turnos (matutino e noturno) e possui cinco turmas de ensino médio sendo, 01 de primeiro, 02 de segundo e 02 de terceiro ano.

A biblioteca funciona para uso das duas escolas com acervo separado por modalidade de ensino.

O quadro de pessoal conta com 01 Diretor, 01 Especialista da Educação Básica, 01 Secretário, 01 Auxiliar Técnico Financeiro, 02 Auxiliares de Serviços da Educação Básica e 10 Professores do Ensino Médio Regular. Todos os professores possuem graduação e pós-graduação (conforme consta nas fichas individuais dos docentes).

2.2. Espaço Físico e Equipamentos Mobiliários

A escola apresenta uma boa estrutura física bem equipada com recursos pedagógicos e audiovisuais facilitando o trabalho de todos.

Todas as salas de aula são equipadas com lousa e armário, ventilador de teto, mesas e cadeiras, em ótimo estado de conservação, para professores e alunos. A cantina possui 2 fogões, 2 geladeiras, 2 freezer, 2 liquidificadores, panelas, pratos, copos, garfos e colheres, suficientes para atender todos os alunos.

As duas diretorias e as duas secretarias estão equipadas com armário, arquivos, mesas, cadeiras, aparelho de som, ventilador, computador e impressora, data show.

A biblioteca conta um acervo bibliográfico adequado a faixa etária, material didático pedagógico de suporte para os professores, televisão, aparelho de DVD, computador, impressora, ventilador.

Segundo Dourado “a existência de um ambiente escolar adequado é diretamente relacionado à questão do desempenho dos estudantes” (DOURADO, 2014, p.11).

2.3. Estrutura Organizacional Pedagógica

As reuniões pedagógicas e administrativas ocorrem uma vez por semana entre professores, especialista e direção e são previstas no calendário escolar.

Como a escola é de responsabilidade do Estado, todos os professores contam com um horário de estudo dentro da escola, denominado de módulo, e neste momento acontecem reuniões pedagógicas individuais, onde a coordenadora pedagógica auxilia todo o trabalho.

São ministradas reuniões bimestrais com os pais para esclarecimento das atividades da escola e são eles também convidados para reuniões individuais sempre que se fizer necessário.

Todo o trabalho pedagógico é organizado para atender da melhor maneira possível o docente/discente, como sugere Cury (2010) “a função social da educação escolar pode ser vista no sentido de um instrumento de diminuição de discriminações” (p. 7).

Dentro desta linha de pensamento a escola organiza momentos de trabalho de campo, onde os alunos têm a oportunidade de vivenciar na prática o que aprenderam dentro de sala de aula.

2.4. Estrutura Organizacional Financeira

A Escola se mantém com os recursos federais (PDDE, PDE Escola, PNAE) e municipais, já que coabita com a Escola Municipal Antônio Ferreira Martins.

Neste sentido o município apoia todos os eventos que a escola propicia e

ainda ajuda quando possível.

Faz uma complementação da merenda escolar e de alguns materiais como, papel ofício, de limpeza e de escritório.

3- CURRÍCULO

A Escola Estadual Prefeito Walter Trezza recebe as orientações curriculares da Secretaria de Estado de Minas e são fiscalizadas pela Superintendência Regional de Ensino de Juiz de Fora.

Primeiramente vamos dialogar sobre a palavra currículo que tem sua origem em *curriculum* que significa pista de corrida (Silva, 2000). Ao refletirmos sobre este significado nos deparamos com situações de aprendizagem que levam em si um objetivo/meta.

Apropriando-se de Sacristán (1998), temos:

O currículo faz parte, na realidade, de múltiplos tipos de práticas que não podem reduzir-se unicamente à prática pedagógica de ensino; ações que são de ordem política, administrativa, de supervisão, de produção de meios, de criação intelectual, de avaliação, etc, em que, enquanto são subsistemas em parte autônomos e em parte interdependentes, geram forças diversas que incidem na ação pedagógica. Âmbitos que evoluem historicamente, de um sistema político e social a outro, de um sistema educativo a outro diferente. Todos esses usos geram mecanismos de decisão, tradições, crenças, conceitualizações, etc, que, de uma forma mais ou menos coerente, vão penetrando nos usos pedagógicos e podem ser apreciados com maior clareza em momentos de mudança (SACRISTÁN, 1998, p.22)

Seguindo o pensamento de Sacristan (1998), nos deparamos com o currículo da Rede Estadual de Minas Gerais que foi elaborado para que o educando adquira competência e habilidades necessárias para sua vida acadêmica, profissional e cultural.

Assim a grade curricular da Escola Estadual Prefeito Walter Trezza segue a seguinte estrutura definida pela legislação atual:

- Ciências da natureza, matemática e suas tecnologias:

Ciências / Biologia

Física

Matemática

Química

- Ciências humanas e suas tecnologias
 - Educação Religiosa
 - Geografia
 - História

- Linguagem Códigos e suas Tecnologias
 - Arte
 - Educação Física
 - Informática
 - Língua Portuguesa

- Temas Transversais
 - Ciências e Tecnologias
 - Consumo
 - Cultura
 - Meio-ambiente
 - Sexualidade

Pensando na construção do currículo e no contexto histórico do qual ele está inserido, Lima (2005) nos indica que:

Um currículo para a formação humana precisa ser situado historicamente, uma vez que os instrumentos culturais que são utilizados na medição do desenvolvimento e na dinâmica das funções psicológicas superiores se modificam com o avanço tecnológico e científico. Esta perspectiva do tempo é importante: novas áreas do conhecimento vão e formando, por desdobramento de áreas tradicionais do currículo (por exemplo, a ecologia a partir da biologia), ou são criadas como resultado de novas práticas culturais, *internet* e *web*, ou ainda pela complexidade crescente do conhecimento e da tecnologia. (LIMA, 2005, p.20)

Lembramos ainda que a Proposta Curricular da Escola Estadual Prefeito Walter Trezza, disponibilizada pela SEE/MG é apenas um currículo base e que através de sua equipe pedagógica e docente procura-se sempre propiciar possibilidades para aquisição de novos conceitos.

Destacamos que toda a cultura local é trabalhada e vivenciada com os alunos para que o currículo tenha significado na sua formação humana.

Além da Grade Curricular como base, a escola também trabalha pautada nas diretrizes das avaliações externas, ENEM e Programa de Ingresso Seletivo Misto.

A Escola Estadual Prefeito Walter Trezza, trabalha numa perspectiva de não fragmentar o currículo. É importante ressaltar que durante todo o planejamento pedagógico são realizadas oficinas para que as disciplinas aconteçam de forma multidisciplinar e contextualizada, mas infelizmente ainda contamos com o número reduzido de docentes que não conseguem se adequar, devido à falta de interesse.

4- TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

A organização do tempo escolar na instituição é fator primordial para o sucesso e garantia de qualidade no processo de ensino aprendizagem. Pensando desta maneira a Escola Estadual Prefeito Walter Trezza, se organiza de forma

bimestral, embora tenha flexibilidade para alterações a qualquer momento para melhor aproveitamento deste tempo.

Seguindo a legislação vigente do Estado de Minas Gerais, conforme consta na Resolução SEE nº 2.197/2012, que dispõe sobre a organização e o funcionamento do ensino nas Escolas Estaduais de Educação Básica de Minas Gerais e dá outras providências, temos nos artigos:

Art. 11 - A jornada escolar no Ensino Fundamental deve ser de, no mínimo, 4 horas de trabalho diário, excluído o tempo destinado ao recreio.

Art. 12 - Respeitados os dispositivos legais, compete à escola proceder à organização do tempo escolar no ensino fundamental e médio, assegurando a duração da semana letiva de 05 (cinco) dias.

Art. 13 - Poderá ser organizado horário escolar, com aulas geminadas de um mesmo Componente Curricular, para melhor desenvolvimento do processo de ensino- aprendizagem. (SEE, 2012, p.20)

Os alunos são organizados em turmas totalizando de 35 a 40 alunos e são divididos em 2 ou 3 turmas de acordo com demanda do ano em curso. Quando há necessidade de duas turmas, a escola utiliza da heterogeneidade para organizar as mesmas.

O horário de aula é dividido e compreendido de 18h30min às 22h40min. Dentro desta carga horária temos 10 minutos de intervalo, dedicado aos alunos e professores para um “cafezinho”.

A grade curricular prevê 200 dias letivos de efetivo trabalho e um mínimo de 800 horas ao ano. Cada disciplina possui o módulo de 50 minutos. O calendário escolar também prevê um momento de estudos autônomos para os alunos que tiveram o aproveitamento insuficiente em alguma disciplina.

Dentro do tempo estruturado pela escola, temos o horário destinado ao planejamento do professor, previsto na Lei do Piso, de 1/3 da sua carga horária, que são cumpridos nos módulos dos professores.

Ressalta-se que todo tempo escolar tenha um objetivo, e que o aluno, ator principal deve ser analisado em todas as circunstâncias para que se obtenha um padrão de qualidade aceitável.

Cavaliere (2007) afirma que:

É preciso considerar ainda que, em cada circunstância histórica ou local, o tempo de escola é sempre função de diferentes interesses e forças que sobre ele atuam. Essas forças têm as mais diversas naturezas e origens, tais como o tipo de cultura familiar predominante, o tipo de visão acerca da formação geral da criança e do adolescente, o tipo de associação entre

educação escolar e políticas públicas de assistência social ou de preparação para o trabalho. (CAVALIERE, 2007, p.1018)

A escola não participa de nenhum dos Programas Federais, Escola Aberta ou Escola em Tempo Integral, haja vista que a Escola Estadual Prefeito Walter Trezza coabita com a Escola Municipal Antônio Ferreira Martins assim sendo, não há espaço físico para atender aos Programas Federais.

5. PROCESSOS DE DECISÃO

A Escola Estadual Prefeito Walter Trezza trabalha na perspectiva de democratização nas participações/decisões, assim com previsto na Constituição Brasileira, na LDB n. 9394/96 e nas Diretrizes Curriculares Nacionais. A escola conta a formação de Grêmios, Colegiados e Conselhos, representantes significativos no desenvolvimento do Projeto Político-Pedagógico e na gestão da escola.

Além destas participações importantes para todo o processo, a escola conta com toda a comunidade escolar e Secretaria Municipal de Educação para ajudar na resolução de situações mais difíceis de tomada de decisão.

A Direção e Coordenação se responsabilizam pelo bom funcionamento da escola, da questão administrativa, financeira e pedagógica, sempre resolvendo tudo coletivamente.

Assim como sugere Souza (2010) a organização escolar é a base para que se obtenha o sucesso pretendido, na escola aqui citada a direção é eleita pela comunidade, facilitando assim todo diálogo necessário.

A direção das escolas públicas deve sempre ser preenchida através da escolha direta ou eleição, entre os integrantes da comunidade escolar, que devem indicar soberanamente o profissional da educação que será o seu representante junto ao poder constituído e junto à sociedade. (SOUZA, 2010, p. 02).

A direção da escola passa por um processo seletivo, após esta certificação acontece a eleição junto a comunidade.

A escola possui um colegiado, com representação de pais, funcionários, professores e alunos. O grêmio estudantil acontece de forma interna e não possui um regimento. Representa uma forma que a escola encontrou dos estudantes estarem participando mais ativamente das tomadas de decisão.

6. RELAÇÕES DE TRABALHO

Quando falamos em “*Relações de Trabalho*” no espaço escolar não podemos nos esquecer de que a educação tem como base ser direito de todo cidadão, desta forma no ambiente da escola respeitar e ser respeitado é o que rege a tomada de decisão e a garantia de sucesso do processo educativo.

Para que se obtenha uma qualidade neste processo é preciso no mínimo manter um clima de organização para o desenvolvimento de um trabalho pedagógico/administrativo harmônico, possibilitando uma discussão que proporcione uma multiplicidade de experiências.

Partindo do princípio que rege as políticas públicas, trabalhar com transparência é o fator principal da Escola Estadual Prefeito Walter Trezza, esta é uma preocupação recorrente de descentralização do poder.

Segundo Furlanetto (2000):

(...) aprender a dizer o que realmente sentimos e pensamentos, por as cartas na mesa, buscar relações mais transparentes proporcionando um grande amadurecimento. Contatar seus sentimentos menos valorizados, seus lados sombrios e aprender a vê-los desvelados pelo outro não é tarefa fácil, mas um exercício que, feito de maneira cuidadosa, permite crescimento, fortalecimento dos vínculos. (FURLANETTO, 2000, p. 97)

Os conflitos mais comuns são aluno/aluno e professor/aluno. Os casos de conflitos com alunos dentro de sala de aula são resolvidos pelo próprio professor, quando essa estratégia não é possível, os alunos são encaminhados a direção, onde é atendido pelo pedagogo e pela direção. A família é sempre comunicada, por

bilhetes ou são solicitadas a comparecer a escola.

De uma maneira geral a escola tenta administrar todos os conflitos internamente, mas quando estes conflitos excedem essas medidas pedimos o auxílio do conselho tutelar.

Quando se trata de conflitos diretamente com o professor, partimos inicialmente para o diálogo, se não for possível desta maneira existem sanções previstas do regimento escolar que podem ser aplicadas dependendo do caso.

Na história da escola não consta nenhum caso que fosse necessário a intervenção da Superintendia de Ensino, que seria a última instancia para tentar a solução de conflitos extremamente graves.

Todas as questões de conflitos que necessitam de ajuda para sua resolução também são comunicados ao Conselho Escolar, que se reúne para que sejam tomadas as providências necessárias, tudo decidido coletivamente.

Paro (2001) exemplifica muito bem a prática democrática:

O local em que se realiza a educação sistematizada precisa ser o ambiente mais propício possível à prática da democracia. Por isso, na realização da educação escolar, a coerência entre meios e fins exige que tanto a estrutura didática quanto a organização do trabalho no interior da escola estejam dispostas de modo a favorecer relações democráticas. Esses são requisitos importantes para que uma gestão escolar, pautada em princípios de cooperação humana e solidariedade possam concorrer tanto para ética quanto para a liberdade, componentes imprescindíveis de uma educação de qualidade (PARO, 2001, p. 144).

A escola conta com o apoio da Superintendência de Ensino de Juiz de Fora para estar constantemente oferecendo uma formação continuada para os docentes e demais funcionários. Acontece semestralmente oficinas nas diversas áreas de atuação, e sempre que a direção/coordenação da escola verificar a necessidade, os gestores oportunizarão esses encontros.

7. AVALIAÇÃO

Falar de avaliação escolar sempre é muito complexo, pois envolve uma diversidade imensa de fatores internos e externos aos quais devemos levar em consideração.

Tomamos a liberdade de nos apropriarmos de Celso dos Santos Vasconcellos (1998), na perspectiva de uma “práxis transformadora” a avaliação deve ser considerada como um “compromisso com a aprendizagem de todos” e “compromisso com a mudança institucional”.

Ao pensar em avaliação, pensamos também em todo o processo que envolve o ato de “avaliar”, este pensamento nos impulsiona a refletir sobre a nossa prática cotidiana, nos questionarmos sobre o currículo e o planejamento que estamos desenvolvendo.

Conforme orientação do MEC (2004), através da Secretária de Educação Básica:

Na avaliação, o Conselho Escolar precisa considerar, “além do produto” expresso nas notas/menções dos alunos, o “processo” pelo qual se deu a aprendizagem. Este processo é revelado nas condições da escola e na ação do professor, entre outros. É preciso ter uma visão global da escola e, nela, situar o desempenho do estudante. (MEC/SEB, 2004, p. 38)

A Escola Estadual Prefeito Walter Trezza segue toda a legislação vigente com relação às formas de avaliação e tem como referência a Resolução SEE nº 2.197, de 26 de outubro de 2012, que em seu Art. 69 estabelece critérios para as escolas do estado de Minas Gerais:

Art. 69 A avaliação da aprendizagem dos alunos, realizada pelos professores, em conjunto com toda a equipe pedagógica da escola, parte integrante da proposta curricular e da implementação do currículo, redimensionadora da ação pedagógica, deve:

I - assumir um caráter processual, formativo e participativo;

II - ser contínua, cumulativa e diagnóstica;

III - utilizar vários instrumentos, recursos e procedimentos;

IV - fazer prevalecer os aspectos qualitativos do aprendizado do aluno sobre os quantitativos;

V - assegurar tempos e espaços diversos para que os alunos com menor rendimento tenham condições de ser devidamente atendidos ao longo do ano letivo;

VI - prover, obrigatoriamente, intervenções pedagógicas, ao longo do ano letivo, para garantir a aprendizagem no tempo certo;

VII - assegurar tempos e espaços de reposição de temas ou tópicos dos Componentes Curriculares, ao longo do ano letivo, aos alunos com frequência insuficiente;

VIII - possibilitar a aceleração de estudos para os alunos com distorção idade-ano de escolaridade. (SEE, 2012, p.17)

Ao início de cada ano letivo a escola utiliza a Avaliação Diagnóstica como instrumento norteador para elaboração de todo o planejamento anual.

As avaliações são aplicadas a cada bimestre, totalizando 25 pontos ao final, a distribuição destes 25 pontos fica a critério de cada professor, sendo que deverá ser aplicada uma única avaliação com um peso maior, por exemplo, 13 pontos.

Desta maneira entendemos que o professor poderá avaliar o aluno no decorrer de todo o bimestre, sendo possível aplicar uma atividade avaliativa sempre ao término de novo conteúdo.

Para uso desta avaliação o professor pode usar recursos como apresentação de trabalho individual ou em grupo, seminários, plenárias, e tantos outros que puder utilizar para enriquecer sua disciplina.

Ao final dos bimestres realizamos os Conselhos de Classe e a análise dos resultados são instrumentos valiosos para o replanejamento.

Durante os Conselhos de Classe temos também a oportunidade de realizarmos no coletivo uma autoavaliação, visto que é fator primordial para consolidar os dados avaliados dos alunos.

Ao final do ano letivo o aluno deverá ter conseguido uma média de 60 pontos para sua aprovação.

Até o momento percebemos que os instrumentos usados pelos docentes atende as expectativas tanto dos alunos como da família e que entendemos que a avaliação é um processo contínuo e permanente.

Todos os resultados obtidos são estudados para que sejam levantados os dados suficientes para a confecção de planos de ação na busca de soluções para os problemas diagnosticados.

Ressaltamos que os resultados obtidos nas avaliações externas são essenciais para se ter um apanhado geral da escola/aluno e são usadas para atender/atingir uma educação com mais qualidade e significado.

Existe a preparação de um momento especial, em um das reuniões pedagógicas, e todos os dados obtidos e recebido pela direção/coordenação são apresentados para todos e analisados de acordo com sua escala de proficiência.

Após esta reunião ficam expostos também os resultados da escola para que

os pais possam ter conhecimento de como está a escola de seu (a) filho (a).

Destacamos que é preciso também considerar que o processo de avaliação além de envolver a avaliação de aprendizagem dos alunos envolve o trabalho do professor, o que vai subsidiar a avaliação institucional.

A avaliação institucional, segundo Souza (2005), dá um grande suporte para gestão da escola para que a mesma possa se organizar de maneira a solucionar/incrementar ações no processo pedagógico/administrativo.

Na Escola Estadual Prefeito Walter Trezza, a avaliação institucional ganha destaque desde seu planejamento até o seu produto final, pois o Conselho de Educação junto com aos demais conselhos que a escola que tem, preparam com cuidado os passos que vão desde o diagnóstico até as possíveis soluções para os problemas detectados e ações para a melhoria do conjunto educacional.

Ainda dentro do contexto de avaliação incluímos a avaliação de desempenho tanto dos profissionais da escola quanto da direção. Avaliar em toda e qualquer situação nunca é tarefa fácil, mas sabemos que é essencial para o desenvolvimento pedagógico/administrativo.

Nesta ocasião é realizada um autoavaliação conjunta que busca analisar os aspectos positivos e negativos em relação ao viés pedagógico ocorrido durante o ano letivo.

Nesta autoavaliação o servidor responde sobre questões pontuais como: assiduidade, pontualidade, responsabilidade e outras. Terminado este momento, em outro dia a direção começa um momento individual, de posse da autoavaliação é feita na presença do servidor uma análise sobre o seu desempenho durante o ano. O funcionário tem a liberdade para concordar ou discordar sob o ponto de vista da direção.

Os diretores e coordenadores também passam pela avaliação juntamente com inspeção da superintendência responsável pela escola.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo como base toda leitura e prática até o momento propiciada pelo curso de Gestão Escolar na construção de uma Proposta Política Pedagógica eficaz e coerente, analisamos e discutimos todo o cotidiano da Escola Estadual Prefeito Walter Trezza.

Assim foi possível rever algumas questões pedagógicas e burocráticas e reafazer a trajetória profissional que até então vínhamos desempenhando dentro da escola.

Todo este embasamento teórico trouxe a tona mais uma vez a necessidade de uma Proposta Pedagógica coerente com a prática vivenciada e ressaltando sobretudo a sua importância e necessidade para dar suporte a todo trabalho desenvolvido na escola.

Através de autores como Cury, Dourado, Souza, Veiga e outros, conseguimos concluir este trabalho e trazer para a Escola Estadual Prefeito Walter Trezza várias possibilidades que conduzem à prática democrática.

Tais possibilidades são importantes uma vez que toda escola passa a trabalhar em busca de objetivos comuns.

Como sugestão, fica a possibilidade de aderirmos na escola uma Escola de Pais, onde iremos propor discussões que hoje atordoam o trabalho docente, como violência, bullying, drogas entre outras sugestões trazidas pelos pais.

Propor que haja realmente um trabalho envolvendo Escola e a comunidade e que este trabalho se faça presente dentro e fora da escola.

Mais uma vez nos apropriamos das ideias de Celso Vasconcellos (2002), que nos diz que o projeto político-pedagógico pode ser entendido:

Como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de planejamento participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um instrumento teórico-metodológico para a intervenção e mudança da realidade. É o elemento de organização e integração da atividade prática da instituição neste processo de transformação (VASCONCELLOS, 2002, p. 169).

Fica claro que todas as questões propostas no Projeto Político Pedagógico devem levar em consideração o seu ator principal, o aluno, que conforme previsto nas legislações educacionais e na própria Constituição Federal, todos os cidadãos têm direitos de acesso e permanência na escola e cabe a esta instituição preservar e garantir que este direito seja resguardado.

9. REFERÊNCIAS

CAVALIERE, Ana Maria. **Tempo de Escola e Qualidade na Educação Pública.**

Educação & Sociedade, vol. 28, n.º 100 - Especial, p. 1015-1035, out. 2007. Disponível em: file:///E:/Cris/Tempo_de_escola_e_qualidade_na_educacao_publica_Ana_Maria_Cavaliere.pdf. Acesso em 15/08/2014.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **O Direito à Educação**: Um campo de atuação do gestor educacional na escola. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 29/06/2014.

DELORS, Jacques (Coord.). **Os quatro pilares da educação**. In: *Educação: um tesouro a descobrir*. São Paulo: Cortezo. p. 89-102.

DOURADO, Luiz Fernandes (org.); OLIVEIRA, João Ferreira; SANTOS, Catarina Almeida. Brasil: MEC/INEP. **A qualidade da educação: conceitos e definições**. Disponível em: http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf/qualidade_da_educacao.pdf . Acesso em 29/06/2014.

ESCOLA ESTADUAL PREFEITO WALTER TREZZA, **Projeto Político Pedagógico**. Maripá de Minas, MG. 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9.394/96. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em 08/07/2014.

PARO, Vitor Henrique. **Escritos sobre educação**. São Paulo: Xamã, 2001.

SOUZA, Ângelo Ricardo (et al.). **Níveis do planejamento educacional**. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Avaliação da aprendizagem: práticas de mudança**. São Paulo, Libertad, 1998.

VASCONCELLOS, Celso S. **Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e político-pedagógico**. São Paulo: Libertad, 2002.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Inovações e Projeto Político Pedagógico**: Uma Relação regulatória ou Emancipatória? Cad. Cedes, Campinas, v. 23, n. 61, p. 267-281, dezembro 2003. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 20/07/2014.